

**FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DO ALTO SÃO FRANCISCO
– FASF**

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ADRIEL MARTINS DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: Vivências na rede
municipal e estadual de ensino no município de Estrela do Indaiá-MG**

LUZ – MG

2021

ADRIEL MARTINS DA SILVA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM TEMPO DE PANDEMIA: Vivências na rede
municipal e estadual de ensino no município de Estrela do Indaiá-MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, como quesito parcial da disciplina TCC II, curso de Ciências Biológicas.

Área de concentração: Educação

Orientadora: Bárbara de Castro Vieira Ferreira

LUZ – MG

2021

Catálogo: Antonio Jorge Resende Junior / Biblio. Crb 6/2041

S586e Silva, Adriel Martins da.
A educação inclusiva em tempo de pandemia: vivências na rede municipal e estadual de ensino no município de Estrela do Indaiá-MG. / Adriel Martins da Silva. Luz – MG: FASF -- 2021.
47 f.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Bárbara de Castro Ferreira Vieira.
Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia Ciências e Letras do Alto São Francisco no Curso de Ciências Biológicas.

1. Educação inclusiva. 2. Covid-19. 3. Ensino remoto. 4. Isolamento social. 5. Inclusão. I. Título.

CDD 570

AGRADECIMENTOS

Deus sempre esteve ao meu lado diante a essa jornada, juntos lutamos para que esse sonho seja concretizado, tudo que tenho devo a ele. No meu peito só existe gratidão.

Aos meus amigos e família agradeço por todo o incentivo, pelas palavras de conforto e pelo apoio moral. Em meio às dificuldades que enfrentei não estive sozinho, eles sempre me apoiaram a viver esse sonho. Nessa estrada da vida tive a oportunidade de conhecer minha amigas Magaly e Karolayne que durante o curso me apoiou e me ajudou nessas lutas diárias de um estudante.

Durante esse percurso tive vários privilégios e um deles foi encontrar professores que transformaram conhecimento em amor. Minha orientadora é prova disso, só tenho a agradecer a Bárbara Castro, sem você nada disso seria possível.

*“Não é o que o mundo reserva para você, mas o que você traz para o mundo”
Anne with an E*

RESUMO

Um tema que apresenta grande relevância atualmente é a Educação inclusiva. Contudo, relata-se uma enorme dificuldade para que o ensino-aprendizagem em relação à educação especial aconteça diante do cenário vivenciado pela pandemia do COVID-19 em 2020 e em 2021. Surge a necessidade de investigar como os alunos com deficiência estão sendo atendidos através do ensino remoto, além de avaliar as condições oferecidas a esse público para garantir o desenvolvimento proposto no plano curricular. Acredita-se que os alunos com necessidades especiais, por consequência do isolamento social, estão com desenvolvimento limitado, uma vez que a socialização é uma das mais importantes premissas da inclusão escolar. O presente projeto foi apresentado com o intuito de analisar o desenvolvimento da educação especial com método de ensino remoto de quatro alunos assistidos por duas professoras apoio em um município do centro oeste mineiro. A fundamentação do trabalho é do tipo descritivo-exploratória. Os questionários serão aplicados em duas escolas, sendo uma escola da rede municipal e uma escola da rede estadual, buscando levantar as vivências na educação da cidade no âmbito da inclusão diante da pandemia COVID-19. Pode-se concluir que os alunos da educação especiais não estão adaptados ao ensino remoto e que novas alternativas devem ser consideradas no ensino aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Covid-19. Ensino remoto. Isolamento social. Inclusão.

ABSTRACT

A relevant topic today is inclusive education. However, there is a huge difficulty for teaching-learning in relation to special education to happen in the face of the pandemic scenario of COVID-19 in 2020 and in 2021. It is necessary to investigate how students with disabilities are being served through remote teaching, as well as to evaluate the conditions offered to this public to ensure the development proposed in the curriculum plan. It is believed that students with special needs, as a result of social isolation, are limited in their development, since socialization is one of the most important premises of school inclusion. The present project was presented with the intention of analyzing the development of special education with a remote teaching method for four students assisted by two support teachers in a city located in the midwest of Minas Gerais. The work is based on the descriptive-exploratory type. The questionnaires will be applied in two schools, a municipal school and a state school, seeking to survey the experiences in the city's education in the scope of inclusion in the face of the COVID-19 pandemic. It can be concluded that special education students are not adapted to remote teaching and that new alternatives should be considered in teaching learning.

KEYWORDS: Inclusive education. Covid-19. Remote education. Social isolation. Inclusion.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Justificativa	11
1.2 Problema	11
1.3 Hipótese	11
1.4 OBJETIVOS	12
1.4.1 Objetivo geral.....	12
1.4.2 Objetivos específicos.....	12
2 REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 Desenvolvimento Humano	12
2.2 Deficiência x Incapacidade	14
2.3 O processo de inclusão	17
2.4 Educação Especial e Inclusiva	20
2.5 Escola Inclusiva	22
2.6 Atendimento Educacional Especializado	25
2.7 A escola e a COVID-19.....	26
2.8 Família x Educação Inclusiva.....	29
3 METODOLOGIA.....	31
4 RESULTADO E DISCUSSÃO.....	33
6 CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS	40
ANEXO 1 – Questionário aplicado aos professores apoio.....	46

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Jogo didático aplicado à aluna.....	31
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FASF	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco
AEE	Atendimento Educacional Especializado
NEE	Necessidade Educacional Especial
MEC	Ministério da Educação
TA	Tecnologia Assistiva
PET	Plano de Estudo Tutorado
EAD	Ensino a Distância

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano é um processo de mudança e crescimento a nível comportamental, físico, cognitivo e emocional no decorrer da vida. Existe uma semelhança entre a forma na qual a criança organiza sua experiência e a lógica de classes e relações. Porém, as crianças podem atingir fases de desempenho em idades diferentes ou iguais. Alguns fatores podem desencadear anomalias e/ou deformações no processo de formação dessa criança, fazendo com que a mesma a torne público da educação inclusiva (MENDES; PLETSCHE; HOSTINS, 2019).

O termo Inclusão vai muito além do que conseguimos enxergar ou ler nas Leis de Diretrizes e Bases. A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 norteia as bases da educação nacional, visando à promoção da educação como direito constituinte, buscando a inserção do mundo do trabalho com a prática social. Os mecanismos de ensino se encheram do formalismo da racionalidade e dividiram-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares e burocracia (BRASIL, 1996).

A mudança na estrutura organizacional talvez norteie uma solução para essa difusão de modalidades agora existentes. A inclusão surge exigindo metodologias diferenciadas e várias questões como exemplo acessibilidade e capacitação dos profissionais, que são quesitos necessários para que de fato a escola consiga espalhar sua ação formadora por todos os que dela congregam (KONKEL; ANDRADE; KOSVOSKI, 2015).

O processo de inclusão caminha a passos lentos e vagarosos, contudo, tem como premissa prometer um futuro de sucesso aos alunos que comungam desse ideal. Embora as metodologias para a inclusão de alunos especiais na escola sejam realizadas há alguns anos, as metodologias nem sempre são de fácil acesso ou utilizadas de fato em sala de aula. Isso tem se agravado em tempos de pandemia, pois os alunos perderam o contato direto com os colegas e professores, e consequentemente, devido ao isolamento social que é exigido atualmente, perderam o contato físico dificultando a socialização, que é o eixo chave para que alunos com deficiência consigam se desenvolver (BRASIL, 2020).

Contudo, relatamos uma enorme dificuldade para que o ensino-aprendizagem em relação à educação especial aconteça diante do cenário em que vivemos em 2020 e estamos vivenciando em 2021. Neste sentido, surge à necessidade de pesquisa para se conhecer quais as principais metodologias adotadas pelos professores apoio e qual a evolução destes alunos com a nova metodologia remota de ensino.

1.1 Justificativa

Ciente dos inúmeros desafios que o Brasil enfrenta para concretizar a inclusão escolar, principalmente no que tange a escola pública, atualmente observa-se mais uma barreira a ser ultrapassada que é a Pandemia da COVID-19, que traz consigo uma série de dificuldades a serem sanadas, requerendo estratégias e metodologias que consigam alcançar os alunos da Educação Especial. Contudo, surge a necessidade de investigar como os alunos com deficiência estão sendo atendidos através do ensino remoto, além disso, de avaliar as condições oferecidas a esse público para garantir o desenvolvimento proposto no plano curricular, sendo assim, justifica-se o presente trabalho.

1.2 Problema

Diante das variadas dificuldades encontradas pela comunidade escolar no que tange a inclusão, ainda ressalva a Pandemia COVID-19 como agravante de mais uma barreira a ser superada pelas instituições de ensino. Diminuir a distância entre professor/aluno e a relação social mesmo em tempo remoto é algo que preocupa a qualidade de ensino e principalmente a questão da inclusão escolar, onde os impactos são mais diretos e necessitam de acompanhamento mais severo a fim de minimizar os desafios enfrentados. Diante do disposto, o presente estudo busca responder as seguintes questões:

- É possível a realização de aulas remotas para alunos com deficiência?
- Qual o papel do professor apoio?
- Os alunos especiais estão conseguindo se desenvolver intelectualmente e socialmente com o método de ensino remoto aplicado?

1.3 Hipótese

Baseado nos conceitos e definições de deficiência, inclusão escolar e COVID-19 surge o trabalho, buscando levantar pontos para que de fato a inclusão seja consolidada no âmbito escolar na rede pública de ensino regular e em tempo de pandemia. O presente estudo traz uma reflexão de vários autores, sobre alguns tipos de deficiência, assim bem como os maiores desafios que hoje são encontrados quando se fala de inclusão no âmbito escolar. Acredita-se que os alunos com deficiência estão limitados às metodologias de ensino dificultando o

desenvolvimento intelectual, além disso, por consequência do isolamento social estão com desenvolvimento limitado, uma vez a socialização é uma das mais importantes premissas da inclusão escolar.

1.4 OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo geral

Embasado na situação atual diante da pandemia e nas dificuldades e desafios enfrentados pela inclusão no âmbito escolar, objetiva-se o trabalho em analisar o desenvolvimento da educação especial com método de ensino remoto de 4 alunos assistidos por 2 professoras apoio em um município do centro oeste mineiro.

1.4.2 Objetivos específicos

Perante o objetivo geral, alguns apontamentos surgem como forma de avaliação, análise e levantamento, sendo eles:

- Analisar a educação especial de um município do Centro Oeste mineiro;
- Avaliar o contexto de Escola Inclusiva;
- Levantar os principais desafios da escola perante à pandemia no que se refere a Educação Especial;
- Avaliar a adaptação dos alunos especiais às aulas remotas;
- Listar as principais dificuldades encontradas pelos professores e alunos no ensino-aprendizagem durante período de pandemia;
- Verificar e analisar o material didático utilizado pelos professores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano é conceituado como o processo contínuo de mudanças ao longo do tempo, que se inicia na concepção e termina na morte, concluindo assim, o ciclo vital. Inúmeros são os fatores que contribuem para o desenvolvimento dessas mudanças, porém,

alguns fatores podem ocasionar a defasagem de algum campo de atuação (BOSMA e KUNNEN, 2001).

Os fatores se desenvolvem no campo afetivo, cognitivo, motor e social, constituindo assim o desenvolvimento humano. A falta de estímulos em alguns destes fatores leva o indivíduo com ou sem deficiência a uma paralisação em seu desenvolvimento levando a um atraso em qualquer um deles (MANTOAN, 2015).

Segundo Shaffer e Kipp (2012) falar em desenvolvimento é referir-se a mudanças sistemáticas (ordenadas e padronizadas) que ocorrem desde a concepção até a morte do indivíduo. De acordo com o autor os fatores são a maturação, as características do ambiente e a tarefa numa dada execução motora, esse triangulo de fatores é que proporciona ao indivíduo seu desenvolvimento motor, que quando integrado ao cognitivo, afetivo e social promovem o desenvolvimento do ser humano. O estímulo é peça fundamental para o desenvolvimento.

De acordo com Manoel (2005) a aquisição de habilidades motoras é, por natureza, um processo dinâmico e complexo, que envolve aspectos como variabilidade, organização hierárquica e estabilização de movimentos, o autor ainda considera importantíssima a facilitação para adquirir tais habilidades. Essa facilitação pode se dar de várias formas como: meios sociais e escola.

A escola atua como mediadora do conhecimento, transpondo barreiras, facilitando tanto a interação quanto mecanismos das habilidades motoras, deixando de ser atuante passivamente, passando a atuar ativamente na construção e formação do cidadão e também na formação do desenvolvimento humano. Portanto, a relação entre o padrão de movimento e as condições ambientais não é única. Pode variar de acordo com essas categorias e alteram a forma com que o estímulo influencia o desenvolvimento do indivíduo (GOEDERT; BORGES, 2017).

Nesse sentido Basso, Strobel e Masutti (2005) entendem que os níveis de desenvolvimento das habilidades motoras básicas são suscetíveis às influências do ambiente e da tarefa que está sendo realizada. Por isso, é fato que a ausência do estímulo é prejudicial ao crescimento e desenvolvimento da pessoa, seja deficiente ou não deficiente.

Os fatores que influenciam o desenvolvimento seriam basicamente a maturação que corresponde ao desenvolvimento biológico do indivíduo de acordo com a herança biológica da espécie (fator interno) e a aprendizagem que seria uma mudança relativamente permanente no comportamento que resulta de uma experiência prática. Destaca-se também a plasticidade que se refere à capacidade de mudança em resposta a experiências de vida positivas ou negativas (BROUGERE, 2008). O desenvolvimento também é influenciado pelo contexto histórico e cultural e por mudanças sociais. Pautando-se na teoria de Paulo Freire como citado em

SOARES (2002) defende-se que as características dos indivíduos inculcadas biologicamente interagem com forças ambientais para modelar o desenvolvimento. Logo, o ambiente natural (fator externo) é a principal influência.

Como consequência da ausência de estímulos tanto para aqueles indivíduos com o desenvolvimento normativo quanto para aqueles com o desenvolvimento não normativo, é evidente que ocasionará um comprometimento no processo de desenvolvimento, sendo assim, não ocorrerá a otimização do desenvolvimento. Por exemplo, a leitura não é algo inato do indivíduo, logo se não a estimular em um indivíduo que tenha plenas condições de ler, ele nunca vai ler e isso pode influenciar na autoestima desse indivíduo, em problemas de socialização com os demais, nível de dependência com o outro para realizar demandas do cotidiano, entre outras resultâncias (FREIRE, 2008). À medida que nosso novo século se desdobra, a sobrevivência da humanidade dependerá de nossa alfabetização ecológica: nossa capacidade de compreender os princípios básicos da ecologia e viver de acordo com eles. Este é um entendimento que transcende todas as diferenças de raça, cultura ou classe social (TRIGUEIRO, 2003).

A atuação na rede escolar procura sensibilizar alunos, professores e seus currículos de relações para identificar e compreender a dinâmica e os fatos que ocorrem à sua volta. O objetivo é contribuir para a formação de uma postura crítica e incentivar as pessoas a intervirem em seu meio, levando-as a melhorar sua qualidade de vida. Afinal, a escola desempenha um papel importante na hora de educar a comunidade para a recuperação e o gerenciamento ambiental (SANTOS; CARVALHO; ALECRIM, 2018).

A escola é um dos principais agentes socializadores, sendo responsável não apenas pela difusão de conhecimentos, mas pela transmissão de valores de uma cultura entre gerações. De fato, mais do que em palavras, a educação tem na ação concreta uma de suas principais bases (ELALI, 2003).

2.2 Deficiência x Incapacidade

Mesmo diante de todo avanço da tecnologia, da cultura, da informação ainda é possível perceber em pleno século XXI cenas de preconceitos e terminologias incorretas perante a sociedade como um todo. Quando se refere primeiramente à terminologia deficiência, logo pensamos em limitações, anormalidade, falta de algo, incapacidade. Infelizmente isso vem desde nossos ancestrais, pois todo ser que nascia com alguma deficiência era morto. Dentro do

parâmetro religioso, essas pessoas eram isoladas, pois as consideravam pessoas sem alma (FARA, 2010).

No mapeamento histórico das pessoas com deficiência passamos por algumas etapas, dentre elas: exclusão, segregação, integração e inclusão. Na exclusão (da antiguidade até o século 19), predominou o modelo de rejeição social, deixando as pessoas abandonadas à própria sorte, longe da sociedade que se considerava valorosa, normal e útil. Em algumas culturas mais antigas, estas pessoas eram levadas à morte. Este modelo de estrutura da deficiência era todo constituído de noções negativas sobre o valor social das pessoas com deficiência; portanto, noções de inutilidade ou invalidez (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Em relação à segregação (a partir de 1910), a sociedade e o governo – por caridade ou conveniência – confinavam as pessoas com deficiência em instituições terminais, prestando-lhes alguma atenção básica: abrigo, alimentação, vestuário, recreação (estrutura conhecida como modelo assistencialista). Estas eram as poucas pessoas com deficiência que conseguiram procurar o governo ou a comunidade que, ao considerá-las merecedoras, lhes dava ajuda material suficiente para sobreviverem (CARVALHO, 2004).

Já na integração, quando surgiram serviços públicos e particulares de reabilitação física e profissional (início dos anos 40) e sob a inspiração da declaração universal dos direitos humanos (1948), algumas pessoas com deficiência tiveram a rara oportunidade de receber tais serviços. Dentre as pessoas reabilitadas, algumas conseguiram ser matriculadas em escolas comuns ou admitidas no mercado aberto de trabalho, desde que demonstrassem capacidade para estudar ou exercer alguma atividade laboral (condição conhecida como modelo médico da deficiência). As demais pessoas com deficiência não tiveram acesso a tais serviços. Surgiram, também, as primeiras associações de pessoas com deficiência ou de familiares destas pessoas, ainda com uma abordagem assistencialista e voltadas à sobrevivência dos próprios membros e não de pessoas ou familiares que não pertencessem a tais associações (BUENO, 2010).

Por fim a inclusão (a partir da década de 90 do século 20) teve suas sementes plantadas pelos movimentos de luta das próprias pessoas com deficiência (surgidos no Brasil a partir de 1979). A luta foi fortalecida pelo lema participação plena e igualdade, do ano internacional das pessoas deficientes (1981). Uma dessas sementes, a de maior impacto, foi a que acrescentou à bandeira da reabilitação – que defendia a preparação de pessoas com deficiência como condição para entrarem na sociedade (integração) - o conceito de equiparação de oportunidades – que defende a necessidade de adaptação e adequação dos sistemas sociais comuns, mediante eliminação de barreiras do ambiente, a fim de que as pessoas com deficiência possam participar

em todos os aspectos da sociedade. Este conceito veio a ser chamado modelo social de deficiência (FARA, 2010).

Muitas das vezes igualamos deficiência à incapacidade do indivíduo portador de alguma necessidade educacional. Faz-se necessário um melhor entendimento sobre as diferenças e sensibilizações sobre as terminologias, de forma que o preconceito seja amenizado, preconceito este que ainda existe da sociedade perante os deficientes (BAMPI, 2007).

De acordo com Araújo (2002), deficiência é perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão.

O mesmo autor se refere à incapacidade como restrição, resultante de uma deficiência, da habilidade para desempenhar uma atividade considerada normal para o ser humano. Surge como consequência direta ou é resposta do indivíduo a uma deficiência psicológica, física, sensorial ou outra. Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária (ARAÚJO, 2002).

A incapacidade afeta tanto a nível funcional ou situacional do dano. O conceito de incapacidade ou inabilidade é diferente do conceito de deficiência e é aplicado àquelas pessoas que, devido ao fato de possuírem alguma deficiência, apresentam limitações para o desempenho de algumas das atividades da vida diária. A incapacidade ou redução da capacidade laboral é uma limitação para uma tarefa específica com inferência a uma deficiência (CARVALHO, 2004).

De acordo com Amiralian *et al.*, (2000) deficiência é a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico, uma perturbação no órgão. Ainda de acordo com a Convenção Inter-Americana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação em relação à Pessoa com Deficiência, o termo “deficiência” significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Como citado, deficiência não é o contrário de eficiência. O contrário de eficiência é ineficiência e a deficiência por sua vez, indica apenas uma falta, uma limitação em relação ao ambiente externo, e não especificamente da pessoa (BAMPI, 2007).

2.3 O processo de inclusão

A inclusão é um tema polêmico e que vem sendo estudado e discutido por pesquisadores, assim bem como tem aumentado os investimentos em infraestrutura para assegurar uma inclusão real dentro da perspectiva legal. A inclusão escolar de pessoas com necessidades educacionais especiais deu-se início com a Constituição Federal de 1988, art. 208, inciso III (BRASIL, 1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, no artigo 58 (BRASIL, 1996), defendem e asseguram o direito de todos à educação.

Segundo esses documentos, todas as crianças devem ser acolhidas pela escola, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais. É consenso que a pessoa com necessidades educacionais especiais se beneficia das interações sociais e da cultura na qual está inserida, sendo que essas interações, se desenvolvidas de maneira adequada, serão propulsoras de mediações e conflitos necessários ao desenvolvimento pleno do indivíduo e à construção dos processos mentais superiores (VYGOTSKY, 1987).

Ao compreender o desenvolvimento como um processo diferente para cada indivíduo, no qual os obstáculos podem ser contornados por meio de processos compensatórios, sendo a intermediação fundamental para a obtenção de bons resultados, os estudos de Vygotsky (1987) sobre o desenvolvimento oferecem uma visão da deficiência como uma anormalidade social e as diferenças no desenvolvimento passam a ser vistas como variações qualitativas.

Foi a partir de 1975 que a Educação Inclusiva teve seus primeiros passos nos Estados Unidos e vem percorrendo uma grande caminhada ao longo do tempo. Seu lema é “Educação para todos”, e tenta levar aos alunos especiais um aprendizado de qualidade, tornando-o capaz e independente, porém, encontra com uma educação despreparada e discriminatória, trazendo enormes traumas para os alunos, muitas vezes excluindo ao invés de incluir, se tornando um paradigma a ser vencido ainda nos dias de hoje (MANTOAN, 2009).

A inclusão escolar aos portadores de necessidades educacionais especiais garante, ainda, o tão proclamado princípio da igualdade, esculpida no caput do art. 5º da Constituição Federal. Não é concebível que a pretexto de melhor atendimento, os portadores de necessidades educacionais especiais sejam segregados e excluídos da educação formal regular, conforme relata Santos (2002): “Temos direito à igualdade sempre que a diferença nos inferioriza. Temos direito à diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”. Inquestionavelmente, excluir inferioriza e incluir permite a convivência com a diversidade.

A história da educação de pessoas com deficiência no Brasil está dividida entre três grandes períodos:

- de 1854 a 1956 - Marcado por iniciativas de caráter privado;
- de 1957 a 1993 – Definido por ações oficiais de âmbito nacional;
- de 1993... – Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar (ARANHA, 2005).

Tanto os alunos com necessidades educacionais especiais quanto os demais, possuem condições de aprender, de crescer, de progredir, dentro de suas diferenças, necessidades e interesses e a educação é o espaço para tanto, uma vez que se apresenta como um processo, como bem mencionou Paulo Freire “Ninguém nasce feito. Vamos nos fazendo aos poucos, na prática social de que tomamos parte” (FREIRE; SHOR, 2008).

A presença da Educação Especial nas leis brasileiras certamente reflete um crescimento desta área de atuação em relação à educação geral, nos sistemas de ensino, principalmente nos últimos 20 anos. Na Constituição de 1988, que contém vários dispositivos relacionados às pessoas com deficiência destaca-se, na educação, o inciso III do Artigo 208, definindo como dever do Estado o "Atendimento Educacional Especializado (AEE) as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 2000).

Apesar dos dispositivos legais citados, a inclusão das pessoas com Necessidade Educacional Especial (NEE) nas escolas regulares ainda não ocorre como espera, em função das fragilidades encontradas, tais como: falta de estrutura e apoio necessários para uma efetiva inclusão das pessoas com NEE; falta de reflexão sobre as práticas pedagógicas e má qualificação de docentes e do pessoal de apoio, dentre outros (LIMA, 2007).

Para compreendermos a educação inclusiva precisamos ter uma visão ampliada do processo de ensino e de aprendizagem, pois a inclusão tem como princípio, que todos podem aprender e de que suas diferenças devem ser respeitadas e trabalhadas. O objetivo da inclusão é promover mudanças nas escolas e no sistema educacional como um todo para responder a uma ampla gama de necessidades, celebrando a diversidade de gênero, de raça, de etnia, de linguagem, de origem, percebido como sujeitos que têm diferenças (NEVES, 2017).

Algumas necessidades educacionais são comuns a todos os alunos, e os educadores conhecem muitas estratégias para dar-lhes respostas. Outras necessidades educacionais podem requerer uma série de recursos e apoios mais especializados para que o aluno tenha acesso ao currículo. Por exemplo, uma criança com deficiência visual não teria problemas para aprender matemática, português, ciências, se a ela fosse ensinado o Braille ou se fossem proporcionados recursos óticos e materiais específicos (MANTOAN, 2015).

Algumas necessidades educacionais precisam de mais tempo para aprender conteúdos; outras como as dos surdos requerem a utilização de outros recursos (LIBRAS) para se permitir

o acesso ao conteúdo. Há ainda necessidades educacionais que são transitórias e outras que são permanentes (SANTOS, 2016). A educação tem, nesses cenários, papéis fundamentais, sendo a escola o espaço no qual se deve favorecer a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, ou seja, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania (BRASIL, 1996).

Segundo Mantoan (2009), “a inclusão requer mudança no atual paradigma educacional”. O conceito de escolas inclusivas supõe uma maneira mais radical de entender a resposta educativa à diversidade dos alunos e baseia-se fundamentalmente na defesa de seus direitos à integração e na necessidade de promover reforma nas escolas, que torne possível uma educação de qualidade para todos esses alunos, sem que haja nenhum tipo de exclusão.

A compreensão dos transtornos classificados como TGD (Transtornos Globais do Desenvolvimento), a partir das funções envolvidas no desenvolvimento, aponta perspectivas de abordagem, tanto clínicas quanto educacionais, bastante inovadoras, além de contribuir para a compreensão dessas funções no desenvolvimento de todas as crianças. Os principais transtornos são caracterizados como: Autismo, Síndrome de Rett, Transtorno de Asperger e o Transtorno desintegrativo da infância (ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA, 2002).

A implantação da Educação Especial em ensinos regulares tem sido um processo muito complicado e doloroso, onde o aluno especial se tornou a peça principal desse processo, porém a inserção de forma inadequada do processo de Inclusão tanto escolar como social tem sido bastante discutido sobre a forma em que estão sendo aplicadas e pelos resultados que estão sendo obtidos, pois grandes são os desafios desse processo e um deles é a capacitação de profissionais para trabalharem nessa área, onde precisam aprender a desenvolver estratégias pedagógicas aplicáveis para um melhor desenvolvimento do ensino de qualidade dos alunos chamados especiais (SANTOS; PAULINO, 2008).

As leis brasileiras sobre a educação têm feito de tudo para garantir a permanência de toda criança e adolescente no ensino regular e as com deficiência estão incluídas nesse tema. As ações inclusivas estão sendo realizadas com a intenção de promover ajuda aos especiais que sofrem preconceitos por suas diferenças. Na implantação da educação especial necessita-se que os professores façam adaptações nos conteúdos e estratégias pedagógicas sejam criadas com a finalidade de sanar as dificuldades dos alunos (FERREIRA, 2006).

Segundo Moreira e Baumel (2001) as adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem na mesma sala de aula um currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou descontextualização do conhecimento. Com isso, não queremos dizer que o

aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, de apoios e complementos pedagógicos, de metodologias e tecnologias de ensino diversificadas e que as escolas especiais não organizem propostas curriculares ao sistema público de ensino. Quando se fala em conteúdo, esperamos que esse currículo seja curto e flexível para que o aluno tenha um entendimento fácil e uma melhor aprendizagem.

A inclusão precisa ser desenvolvida nas escolas e na sociedade através de ações que possibilitem e facilitem o acesso e permanência dos alunos no meio dos ditos normais. É necessário que os governantes entrem nessa batalha, ajudando com materiais pedagógicos, mobiliários adequados, capacitação profissional e recursos materiais e financeiros para que os objetivos sejam alcançados (NEVES, 2017). Nas escolas há dois projetos do MEC que foram disponibilizados para ajudar as escolas do ensino regular no processo da implantação da educação especial, o Professor de Apoio à Comunicação, Linguagens e Tecnologia Assistiva e as Salas de Recursos Multifuncionais, onde trabalha memorização, atenção, concentração, raciocínio e socialização dos alunos especiais. Assim deve-se buscar melhorias para que os alunos especiais tenham um aprendizado de qualidade e que sejam respeitados independente de qual seja sua deficiência (SANTOS, 2016).

2.4 Educação Especial e Inclusiva

Quando retrata sobre a Educação Inclusiva logo se pensa na complexidade e sua funcionalidade, pois sua implantação nas escolas tem enfrentado grandes desafios e muito deles por falta de conhecimento e especialização dos profissionais que atuam nessa área. Porém para ter uma noção desse processo precisamos primeiramente conhecer e entender o que vem a ser a inclusão (ROCHA, 2018).

Sendo assim, surge o conceito de Educação Especial definida por Ander-Egg (1997):

"Conjunto de medidas e recursos (humanos e materiais) que a administração educativa coloca à disposição dos alunos com necessidades educativas especiais: pessoas com algum tipo de deficiência, carência, disfunção ou incapacidade física, psíquica ou sensorial, que lhes impeça um adequado desenvolvimento e adaptação".

A Educação Inclusiva surgiu com o intuito de promover a qualidade do ensino para todos, independentes de suas deficiências. Esta busca mudanças nas práticas pedagógicas, na

formação dos professores e na busca de novas estratégias que visam o incentivo e a participação dos alunos especiais em salas de ensino regular (CARVALHO, 2004).

O termo "educação especial" denomina tanto uma área de conhecimento quanto um campo de atuação profissional. De um modo geral, a educação especial lida com aqueles fenômenos de ensino e aprendizagem que não têm sido ocupação do sistema de educação regular, porém têm entrado na pauta nas últimas duas décadas, devido ao movimento de educação inclusiva. Historicamente, a educação especial vem lidando com a educação e aperfeiçoamento de indivíduos que não se beneficiaram dos métodos e procedimentos usados pela educação regular. Dentro de tal conceituação, no Brasil, incluem-se em educação especial desde o ensino de pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, passando pelo ensino de jovens e adultos, alunos do campo, quilombolas e indígenas, até mesmo o ensino de competências profissionais (PLETSCH, 2020).

A Educação Especial é o resultado das transformações ocorridas na sociedade, do avanço das políticas públicas e da luta da sociedade sobre o Estado para valorizar seus direitos como membros da sociedade e a capacitação dos profissionais da educação, tais como professores, juntamente com as mudanças sofridas pela coletividade no trabalho e na economia do Brasil. Essa ação, igualmente:

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...]. Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças (ZOÍIA, 2006).

Grandes mudanças precisam ser feitas para que a inclusão seja real, tanto por parte dos governantes, da equipe pedagógica, dos alunos e da sociedade em geral. Estas mudanças visam um ensino único e igual para todos, onde os direitos sejam de todos para todos, conforme nos relata a Constituição (RODRIGUES, 2010).

O MEC criou o projeto de Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas de ensino regular, cujo objetivo é buscar, elaborar, identificar e preparar recursos pedagógicos que favoreça a inclusão desses alunos, onde dificuldades serão amenizadas e as individualidades respeitadas. Esse projeto vem para complementar e suplementar o aprendizado desses alunos, tornando-os cidadãos capacitados dentro de suas especificidades e independentes (BEYER, 2006). Ao falar da liberdade e da igualdade de direitos lembramo-nos da Declaração Universal de Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948, porém, isso tudo é muito bonito no papel, mas a realidade é outra, quando se refere aos portadores de deficiência (BEYER, 2006).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem o objetivo de buscar, elaborar, identificar e preparar recursos pedagógicos que possibilite a inclusão destes alunos, superando os obstáculos e respeitando as individualidades. Não se pode deixar de mencionar sobre a formação e capacitação dos professores e profissionais dessa área, pois sem um preparo adequado ao invés de incluir pode ocorrer a exclusão (BEYER, 2006).

Segundo Nóvoa (1998):

“A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência [...] Práticas de formação que tomem como referência as dimensões coletivas contribuem para a emancipação profissional e para a consolidação de uma profissão que é autônoma na produção dos seus saberes e dos seus valores.

2.5 Escola Inclusiva

A inclusão é um processo complexo que configura diferentes dimensões: ideológicas, sociocultural, política e econômica. Os determinantes relacionais comportam as interações, os sentimentos, significados, as necessidades e ações práticas, já os determinantes materiais e econômicos viabilizam reestruturação da escola (BRASIL, 2001).

O profissional que atua na área da Educação especial deve ter um olhar crítico e analista, conseguindo perceber as potencialidades dos alunos, sendo assim, é necessário um perfil específico para o professor que atua nessa área. No ensino regular, exige da mesma forma, o olhar atencioso do professor, visto que o mesmo deve trabalhar as diferenças dos alunos, formando assim, cidadãos que respeitem as diferenças, trazendo pra sala de aula a diversidade e a socialização (ZÓIA, 2006, p. 23).

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...] os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.

Nessa linha de pensamento, a educação inclusiva deve ter como ponto de partida o cotidiano, o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, precisam aprender, ter acesso ao conhecimento, à cultura, progredir no aspecto pessoal e social. O documento “Saberes e Práticas da Inclusão no Ensino Fundamental” (BRASIL, 2003), publicado em 2003, reconhece que:

- O princípio da identidade: a construção da pessoa humana em todos seus aspectos: afetivo, intelectual, moral e ético;
- A sensibilidade estética diz respeito à valorização da diversidade para conviver com as diferenças, com o imprevisível, com os conflitos pessoais e sociais, estimulando a criatividade para resolução dos problemas e a pluralidade cultural;
- Toda criança pode aprender, torna-se membro efetivo e ativo da classe regular e fazer parte da vida comunitária;
- A construção de laços de solidariedade. Atitudes cooperativas e trabalhos coletivos proporcionam maior aprendizagem para todos;
- A inclusão significa transformação da prática pedagógica: relações interpessoais positivas, interação e sintonia professor-aluno, família-professor, professor-comunidade escolar e compromisso com o desempenho acadêmico;
- A inclusão depende da criação de rede de apoio e ajuda mútua entre escolas, pais e serviços especializados da comunidade para a elaboração do projeto pedagógico;
- O projeto pedagógico deve garantir adaptações necessárias ao currículo, apoio didático especializado e planejamento, considerando as necessidades educacionais de todos os alunos, e oferecendo equipamento de recursos adaptados quando necessários;
- O professor da classe regular assume a responsabilidade pelo trabalho pedagógico e recebe apoio do professor especializado, dos pais e demais profissionais envolvidos para a identificação das necessidades educacionais especiais, a avaliação do processo de desenvolvimento e aprendizagem e o planejamento de metas;
- O sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e professor especializado na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, modificações, ajustes e adaptações na programação e atividades;
- A modificação do processo de avaliação e do ensino: avaliação qualitativa dos cognitivos, formas diferenciais de comunicação, elaboração e desempenho nas atividades;
- Uma maior valorização das possibilidades, das aptidões, dos interesses e do empenho do aluno para a realização das atividades, participação nos projetos e trabalhos coletivos; a priorização, além do acesso à cultura e ao conhecimento, do desenvolvimento da autonomia e independência e autoconceito positivo pela participação social;
- A escola e sala de aula devem ser um espaço inclusivo, acolhedor, um ambiente estimulante que reforça os pontos fortes, reconhece as dificuldades e se adapta às peculiaridades de cada aluno;
- Uma gestão democrática e descentralização com repasse de recursos diretamente à escola para reestruturação e organização do ambiente, da sala de aula, e para as adaptações que se fizerem necessárias;
- O êxito do processo de aprendizagem e da inclusão depende da formação continuada do professor, de grupo de estudos com os profissionais envolvidos, possibilitando ação, reflexão e constante redimensionamento da prática pedagógica (CARVALHO, 2004).

Várias são as competências do trabalho escolar nas relações sociais que atribuem valores à coletividade, à humanização, à colaboração e à busca de resultados qualitativos. A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos (BRASIL, 2001).

A perspectiva contemporânea busca ações que façam uso da tecnologia e das novas descobertas no ambiente escolar, mas sobre um novo olhar, sem perder de vista os pedagógicos, possibilitando “a formação de cidadãos críticos que exerçam sua cidadania, conhecendo seus

direitos e deveres” sem discriminação de qualquer aluno. A escola precisa desenvolver como um todo, condições necessárias para tornar os alunos mais eficazes. Para isso, se faz necessária a transformação da cultura da escola, da participação, do compromisso da escola como um todo e das mudanças práticas docentes (GAIO; MANEGHETTI, 2004).

Segundo Santos e Paulino (2008) a educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção, como exemplo os estudantes com deficiência física, os que têm comprometimento mental, os superdotados, as minorias e as crianças que são discriminadas por qualquer outro motivo. A participação de todos que estejam envolvidos no cotidiano escolar é essencial. Essa participação se dá no aspecto político, administrativo e pedagógico, pois é um compromisso com a escola. E para que haja sucesso, é necessário que a gestão escolar tenha autonomia, que aceite as opiniões contrárias, que valorize as ideias (FREIRE, 2008).

A escola também precisa se organizar, fazendo mudanças em seu Projeto Político Pedagógico, sugerindo alterações que partam para ações ligadas a uma educação de qualidade, de valorização e respeito às diferenças e diversidades, dentre outras que surgirem (ROCHA, 2018). É claro que com a modernização do mundo, é preciso um olhar inovador que foque a eficácia da educação, a busca pela qualidade, pelo compromisso sem atitudes discriminatórias. Esse novo olhar permitirá que todos sejam incluídos e não apenas excluídos, considerando que o papel da escola é formar cidadãos com competência e habilidades, valores e princípios éticos de valorização e respeito ao outro (ROCHA, 2018).

Essa visão favorece o envolvimento de todos no ambiente escolar, com participação de uma escola inclusiva, na qual todos são responsáveis direta ou indiretamente pela educação de qualidade (SANTOS, 2016). Quando as normas, os valores e as expectativas existentes em uma escola estão ajustados às possibilidades dos alunos e significam um estímulo para eles, é muito mais fácil que se sintam ligados às experiências de aprendizagem que lhes são propostas no período escolar. Os alunos assim passam a construir sua própria identidade pessoal (SANTOS, 2016).

Em novembro de 2021 aos dias 30 foi publicada a Lei de nº14254/21, que traz o acompanhamento integral para alunos com dislexia, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem. Essa diretriz é originária do PL 3.517/2019, aprovado pelo Senado em 9 de novembro.

A nova política prevê identificação precoce do transtorno, encaminhamento do educando para diagnóstico e apoio educacional na rede de ensino, bem como apoio terapêutico especializado na rede de saúde. Segundo a lei, as escolas da educação básica das redes pública

e privada, com o apoio da família e dos serviços de saúde existentes, devem garantir o cuidado e a proteção a esses educandos, de modo a garantir seu pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, com auxílio das redes de proteção social, de natureza governamental ou não governamental.

Educandos com dislexia, TDAH ou outro transtorno de aprendizagem que apresentam alterações no desenvolvimento da leitura e da escrita ou instabilidade na atenção que repercutam na aprendizagem devem ter assegurado o acompanhamento específico. Necessidades específicas no desenvolvimento do educando serão atendidas pelos profissionais da rede de ensino em parceria com profissionais da rede de saúde.

De acordo com a nova lei, caso seja verificada a necessidade de intervenção terapêutica, esta deverá ser realizada em serviço de saúde em que seja possível a avaliação diagnóstica, com metas de acompanhamento por equipe multidisciplinar. Além disso, os sistemas de ensino devem garantir aos professores da educação básica amplo acesso à informação, inclusive quanto aos encaminhamentos que devem ser tomados, e capacitação continuada.

2.6 Atendimento Educacional Especializado

Entende-se por Atendimento Educacional Especializado (AEE) o conjunto de atividades e recursos pedagógicos organizados para atender os alunos com algum tipo de deficiência, no contraturno escolar. Pode ser realizado em salas de recursos especiais, na escola regular ou em instituições especializadas (COSTA, 2016).

As salas de recursos são projetos do MEC, onde são atendidos alunos com várias deficiências entre elas: TGD, deficiência intelectual, física, visual, surdez, múltiplas, superdotação etc., onde são trabalhados os conteúdos de memorização, concentração, atenção, raciocínio e por fim socialização, através de jogos e trabalhos lúdicos (FERREIRA; LOPES, 2016). Tem também o Professor de Apoio à Comunicação, linguagem e tecnologia assistiva, que dá suporte ao aluno dentro da sala de ensino regular, fazendo adaptações aos conteúdos, tornando-os mais acessíveis para uma melhor compreensão. Esse profissional pode atender até 3 alunos por turma, mas o seu principal papel é inserir o aluno no ambiente escolar e futuramente na sociedade, mostrando que ele é capaz e tornando-o independente (MANTOAN, 2015).

O objetivo do Atendimento Educacional Especializado é complementar ou suplementar a formação do aluno por meio de recursos e estratégias que diminuam as barreiras, tornando participativo na sociedade e desenvolvendo suas capacidades de aprendizagem. Cabe aos professores criar asas nesses alunos para que possam alçar novos voos:

“Há escolas que são gaiolas e há escolas que são asas. Escolas que são gaiolas existem para que os pássaros desaprendam a arte do voo. Pássaros engaiolados são pássaros sob controle. Engaiolados, o seu dono pode levá-los para onde quiser. Pássaros engaiolados sempre têm um dono. Deixaram de serem pássaros. Porque a essência dos pássaros é o voo. Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são pássaros em voo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o voo, isso elas não podem fazer, porque o voo já nasce dentro dos pássaros. O voo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.” (Alves. R.,2001).

O professor do AEE tem uma grande responsabilidade por isso precisa estar preparado e capacitado para exercer a devida função. A Resolução nº 04, de 2009, estabelece no artigo 13 as atribuições (BRASIL, 2009), como segue:

- I – Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
- II – Elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
- III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
- IV – Acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
- V – Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
- VI – Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
- VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
- VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

2.7 A escola e a COVID-19

Segundo histórico, a educação no ensino a distância no Brasil teve seu início em 1904, começando com uma matéria publicada no Jornal do Brasil, onde foi encontrado um anúncio nos classificados oferecendo curso de datilografia por correspondência (ABED, 2011). A partir dessa publicação e da procura pelo curso o ensino na modalidade a distância começou a evoluir. Porém foi só em 2005 que foi oficialmente reconhecida através do Decreto nº 5.622 de 19 de

dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que posteriormente foi revogado. A sua atualização ocorreu pelo Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017), vigente até a atualidade, que define, no seu primeiro artigo:

Art. 1º Para os fins deste Decreto considera-se educação à distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatível, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A educação na modalidade a distância tem aumentado gradativamente sua procura. A busca e o impulsionamento dessa modalidade têm demonstrado uma nova face perante a educação, levando um novo conceito de ensino e tornando a tendência da atualidade. (BRASIL, 2017). Em meio à pandemia, o ensino remoto tem sido imprescindível, tornando-se a solução em meio à crise.

A mudança do ensino difere por completo do ensino presencial ou tradicional, trazendo mudanças também na rotina dos alunos. No ensino presencial, verifica-se uma interação quase sempre passiva entre o professor, os alunos e o conteúdo. Determinado em tempo e limitado em espaço, o ensino presencial caracteriza-se pela frequente verificação aleatória da aprendizagem e participação por amostragens de alunos (LOBO, 2006).

O ensino remoto tem deixado suas marcas, para o bem e para o mal. Para o bem porque, em muitos casos, permite encontros afetuosos e boas dinâmicas curriculares emergem em alguns espaços, rotinas de estudo e encontros com a turma são garantidos no contexto da pandemia. Para o mal porque repetem modelos massivos e subutilizam as potências da cibercultura na educação, causando tédio, desânimo e muita exaustão física e mental de professores e alunos. Adoecimentos físicos e mentais já são relatados em rede. Além de causar traumas e reatividade a qualquer educação mediada por tecnologias. Para o nosso campo de estudos e atuação, a reatividade que essa dinâmica vem causando compromete sobremaneira a inovação responsável no campo da educação na cibercultura (SANTOS, 2020).

Não se pode deixar de mencionar a transformação que a Educação vem sofrendo com essas novas metodologias diante da pandemia COVID-19. No princípio do ensino, a tecnologia assume uma função norteadora no apoio pedagógico, onde se faz necessário uma análise dessa recente ferramenta de ensino. A tecnologia no âmbito educacional só consegue êxito em sua funcionalidade, quando planejada e controlada. A Internet tem sido utilizada como ferramenta para possibilitar novas maneiras de ensinar e aprender, em busca do desenvolvimento integral

do aluno, promovendo a autonomia, cooperativismo e interesse maior por parte dos mesmos, visto que, estão inseridos na era digital (SANTOS, 2020).

Assim sendo, a partir dessa transformação e dessa inserção dos recursos interativos da web, um novo modelo de sociedade em rede se estrutura a partir da internet, visto que não é necessária uma delimitação, principalmente de espaço físico, para que essa interação aconteça, ou seja, mesmo que os sujeitos estejam distantes é possível uma interação. Nesse novo contexto de sociedade virtual, a tecnologia passa a ter também o papel de educar, o que desvia o foco do antigo sistema educacional e se torna um ensino baseado na “Educação Bancária (FREIRE, 1983), onde o aluno com essa nova concepção de educação passa a ter um papel ativo dentro da sociedade e pode expressar suas ideologias (LOBO, 2006).

A repentina transformação trouxe impactos mais severos às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas, enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico para a implementação do ensino online e não são incentivados a fazê-lo (RIBEIRO, 2006).

Inúmeros são os desafios enfrentados por toda comunidade escolar diante da pandemia. De um lado tem-se a tecnologia avançando cada vez mais, proporcionando a velocidade com que a informação chegue ao aluno, por outro lado, tem-se a dificuldade de implantar o sistema educacional, a falta de capacitação dos profissionais, a limitação do progresso do aluno, pois falta, o contato físico e novas metodologias são adotadas de forma a potencializar habilidades dos mesmos. Na educação especial os desafios são ainda maiores. Metodologias que exigem o contato direto com o aluno de forma a agregar o conhecimento, formas didáticas de levar o conhecimento, a capacidade de interação reduzida, o limite pelo qual o aluno fica interagido com o sistema e ainda a falta de capacitação dos pais e/ou responsáveis para lidar com tamanha mudança. Muitos pais vêm na escola a válvula de escape, onde depositam toda confiança nos profissionais, tendo sempre esperança na melhora do desempenho dos filhos (SANTOS, 2016).

As pessoas com deficiência padecem de uma vulnerabilidade que preexiste à quarentena. Em situações de crise como a que vivenciamos, ficam claras as condições precárias de políticas públicas de saúde e assistência social, de privação e exclusão que vivem as pessoas com deficiências e suas famílias, o que reforça uma condição de ineficiência e de exclusão que é histórica. Santos (2020) afirma que em relação a estes sujeitos:

“De algum modo, as limitações que a sociedade lhes impõe fazem com que se sintam a viver em quarentena permanente. Como viverão a nova quarentena, sobretudo quando dependem de quem tem de violar a quarentena para lhes prestar alguma ajuda? Como já há muito se habituaram a viver em condições de algum confinamento, sentir-se-ão agora mais livres que os «não-deficientes» ou mais iguais a eles? Verão tristemente na nova quarentena alguma justiça social?”

Para Freire (1982) é algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pode ser mudada; não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se; que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade.

2.8 Família x Educação Inclusiva

Dentro do cenário educacional a família atua diretamente na formação da criança, sendo o primeiro grupo de convivência dela, onde se busca a independência e a construção da individualidade. O alicerce no desenvolvimento do indivíduo se dá pela interação e convívio com o meio afetivo, refletindo por toda vida sua ação. Dentro da educação especial, a família precisa entender que a criança necessita vivenciar sua relação com o meio como qualquer outra criança, devendo desenvolver suas potencialidades dentro dessa vivência (SZYMANSKI, 2010).

A família, nesta perspectiva, é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel transmissor – os pais – e desenvolvidas junto aos que são os receptores – os filhos (SZYMANSKI, 2010, p. 20)

As relações entre a família e a escola atuam diretamente no processo de inclusão. Entretanto, a participação da família no processo de inclusão escolar fica sujeito a diversos fatores, como: conceito dos pais sobre o papel da escola no desenvolvimento da criança, tipo de apoio e suporte ofertados pela escola, concepções da escola sobre a criança com deficiência, políticas educacionais nacionais, estaduais e municipais, entre outros, variando significativamente em relação à idade e etapa educacional da criança.

De acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1999),

“A função social atribuída à família é transmitir os valores que constituem a cultura, as ideias dominantes em determinado momento histórico, isto é, educar as novas

gerações segundo padrões dominantes e hegemônicos de valores e de condutas” (p.249).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica enfatizam a participação da família para a ampliação total do educando desde a primeira etapa de educação. Conforme o Art. 22: “A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 2009).

Esta relação se estende nos demais parágrafos do mesmo artigo, quando se lê:

§ 3º Os vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e do respeito mútuo em que se assenta a vida social devem iniciar-se na Educação Infantil e sua intensificação deve ocorrer ao longo da Educação Básica.

§ 4º Os sistemas educativos devem envidar esforços promovendo ações a partir das quais as unidades de Educação Infantil sejam dotadas de condições para acolher as crianças, em estreita relação com a família, com agentes sociais e com a sociedade, prevendo programas e projetos em parceria, formalmente estabelecidos. (BRASIL, 2009)

É necessário que haja colaboração tanto da família quanto da escola para o estreitamento dos laços afetivos. Dessen e Polônia (2007) destacam que os pais precisam ficar atentos tanto nos aspectos de acompanhamento das atividades e dos trabalhos realizados pelo educando, quanto da sua permanência no ambiente escolar e sua relação e integração entre professores e os pais.

Uma boa interação entre família, escola e profissionais proporciona uma maior compreensão das necessidades, interesses, habilidades e potencialidades da criança com deficiência. Embora seja de extrema relevância esta parceria, existem alguns obstáculos a serem enfrentados, por parte da família em relação aos profissionais: falta de tempo, dificuldade para entender a linguagem técnica usada pelos profissionais, dificuldade com transporte, sentimento de inferioridade em relação aos profissionais e falta de conhecimento sobre a deficiência. Por parte dos profissionais com relação à família: apatia dos pais, da falta de tempo, e da falta de reconhecimento do trabalho profissional. Embora nos dias atuais, os familiares sejam parceiros, a relação com profissionais e escola ainda é difícil. Mesmo diante de todos os benefícios que esta parceria proporciona, ela deve ser buscada constantemente (LAZZARETTI e FREITAS, 2016, p.11).

Assim sendo, a relação entre a família e escola deve ser embasada e estruturada em muito diálogo, onde a parceria facilite a interação de forma que as potencialidades do aluno sejam alcançadas e habilidades adquiridas. A maneira com a família vincule com a escola faz com que vários desafios sejam enfrentados e vencidos com êxito, pois a resolução dos

problemas de forma conjunta traz benefícios para o aluno. Assim sendo, é de suma importância que a comunidade escolar e a família estejam unidas (NÉRICI, 1972),

De acordo com Nérici (1972), a família e escola devem estar alinhadas:

A educação deve orientar a formação do homem para ele poder ser o que é, da melhor forma possível, sem mistificações, sem deformações, em sentido de aceitação social. Assim, a ação educativa deve incidir sobre a realidade pessoal do educando, tendo em vista explicitar suas possibilidades, em função das autênticas necessidades das pessoas e da sociedade (...) A influência da Família, no entanto, é básica e fundamental no processo educativo do imaturo e nenhuma outra instituição está em condições de substituí-la.(...) A educação para ser autêntica, tem de descer à individualização, à apreensão da essência humana de cada educando, em busca de suas fraquezas e temores, de suas fortalezas e aspirações. (...) O processo educativo deve conduzir à responsabilidade, liberdade, crítica e participação. Educar, não como sinônimo de instruir, mas de formar, de ter consciência de seus próprios atos. De modo geral, instruir é dizer o que uma coisa é, e educar é dar o sentido moral e social do uso desta coisa (NÉRICI, 1972, p.12)

3 METODOLOGIA

Para a realização e desenvolvimento da presente pesquisa, inicialmente, foi feita uma busca por trabalhos a respeito da temática em revistas indexadas na base de dados da Biblioteca da FASF UNISA, Scielo, Periódicos Capes, que disponibilizavam os artigos online. Para tanto, foram utilizados como descritores os termos: educação especial, necessidades educacionais especiais, desafios da inclusão, deficiência e incapacidade, escola inclusiva, pandemia e COVID-19. Essas palavras foram inseridas uma por vez e os artigos foram obtidos primeiramente na íntegra e depois selecionados os que estavam relacionados com a temática.

Dos trabalhos selecionados, foram realizadas análises das técnicas de coleta de dados utilizadas e os principais resultados obtidos nos artigos. Diante disso, foi feito um levantamento na qual foram comparados os dados encontrados na fundamentação teórica e os dados encontrados na revisão de literatura, que são baseados em compilação de fatos observados.

O presente trabalho foi desenvolvido no município de Estrela do Indaiá, abrangendo 02 escolas, sendo 01 escola da rede municipal e 01 escola da rede estadual, buscando levantar as vivências na educação da cidade no âmbito da inclusão diante da pandemia COVID-19.

Para obtenção dos dados, foi aplicado um questionário aos Professores Apoio das escolas, onde são atendidos os alunos que fazem parte da Educação Inclusiva. Após a aplicação do questionário aos professores, foi feita uma análise junto às respostas, baseando no objetivo

do trabalho que consistiu em avaliar a Educação Especial nas escolas de Estrela do Indaiá diante da pandemia COVID-19.

O questionário é composto por 10 questões objetivas com a finalidade de levantar a situação e aplicação de metodologias aos alunos portadores de deficiência diante da COVID-19. A seguir está relatada a descrição de cada um dos questionamentos feitos aos professores (Anexo 1):

- A primeira pergunta teve como finalidade levantar a quantidade de alunos atendidos pela professora apoio. Esse levantamento é importante, pois salienta a satisfação e a prestação do serviço na instituição, visando o atendimento da demanda local.
- A segunda pergunta apresentou o grau de escolaridade dos alunos atendidos pela professora apoio, visando observar a discrepância ou não do ano escolar dos alunos.
- A terceira pergunta objetivou-se fazer um levantamento de como eram as aulas antes da pandemia, quais metodologias adotadas, quais estratégias eram ministradas e os desafios que enfrentavam antes COVID-19.
- A quarta questão buscou apresentar quais metodologias estão sendo utilizadas nessas aulas remotas, quais as maiores dificuldades encontradas e o grau da promoção da educação aos alunos.
- A quinta pergunta tratou dos materiais utilizados nas aulas remotas para os alunos portadores de deficiência.
- A sexta questão levantou as deficiências diagnosticadas pelos alunos atendidos.
- A sétima questão buscou conhecer a realidade das famílias durante a Pandemia e o ensino remoto. Conhecer a realidade dos alunos é de suma importância no âmbito familiar, pois algumas dificuldades também são encontradas no mesmo. Os responsáveis devem sempre estar atentos e acompanhar todo o desenvolvimento dos alunos.
- A oitava questão objetivou-se conhecer a rotina do Professor Apoio nas aulas remotas.
- A nona questão buscou fazer o levantamento das metodologias adotadas e os recursos interativos da Web para o ensino remoto.
- A décima questão questionou o rendimento do aluno e de que forma suas potencialidades são exploradas no ensino a distância.

Após a aplicação do questionário, foi realizada com a supervisão da professora V.A.B uma atividade com a aluna A.L.L.S. A atividade foi adaptada para o ensino de Ciências onde foi elaborada de acordo com a deficiência da aluna, podendo ser executada em casa sem a presença física da professora. A atividade ainda pode abranger vários outros aspectos que auxiliam no desenvolvimento cognitivo da aluna. A atividade consistiu na criação de um jogo educativo associado com imagens, onde cada imagem direcionava ao produto final, como por exemplo: “o que a abelha produz?” (Figura 1).

FIGURA 1- Jogo didático aplicado à aluna.



Fonte: Silva (2021).

Na execução a aluna deve associar as primeiras imagens com seu produto, logo após a mesma deve formar as palavras desses produtos. Logo após a aplicação do jogo interdisciplinar, o professor elaborou um relatório diagnóstico, constando se a metodologia foi adequada ao aprendizado.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Diante do questionário aplicado sobre o funcionamento da educação especial nas escolas do município de Estrela do Indaiá durante o período de pandemia, constatou-se que o corpo docente das 02 instituições luta incansavelmente para que aconteça a educação igualitária,

promovendo de fato a Educação Inclusiva na escola. As escolas possuem um quadro de funcionários que consegue atender todas as demandas da cidade. Todas as professoras são capacitadas e qualificadas para atuarem na área, o que facilita dentro do processo de ensino-aprendizagem.

As instituições analisadas foram a Escola Municipal Francisco Campos e a Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro, estas são as únicas escolas presentes no município. A Escola Municipal Francisco Campos, situada na Avenida Francisco Campos, 256, centro, Estrela do Indaiá, Minas Gerais, conta hoje com 24 funcionários, sendo: 01 diretora, 01 vice-diretora, 01 coordenadora pedagógica, 01 secretária 09 professores sendo 01 professora Apoio e 07 profissionais da área de serviços gerais. Atualmente a escola conta com 65 alunos, distribuídos na área urbana e rural do município. Atualmente, no ano de 2021, a escola atende 02 alunos portadores de TDH, sendo A.L.L.S e S.H.S.S. Ambos são contemplados por professor apoio, sendo V.A.B formada em Educação Especial, Pedagogia, especialista em Educação Especial e Inclusiva.

A outra instituição de análise é a Escola Estadual Professor Antônio Ribeiro, situada na rua Dom Pedro I, 160, centro, Estrela do Indaiá. A escola da rede estadual conta hoje com 267 alunos matriculados, 38 funcionários e 04 alunos com deficiência. Cada aluno conta com 01 professor Apoio, totalizando 04 professores Apoio, sendo elas V.A.B.; S.K.M.; J.A.S. e C.N.R. No projeto político pedagógico é apresentado a Sala de Recursos Multifuncionais, onde até 2020 era atuante na Educação Especial. Em 2021, o estado não liberou o funcionamento da SEM até o momento.

Ao analisar os dados da escola podemos verificar que a demanda escolar para educação especial alcança alunos desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, o que consegue abranger todas as etapas de ensino. A partir do questionário conclui-se a importância do aluno no espaço escolar, pois o acompanhamento diário com o aluno facilita no seu desenvolvimento. Quando questionado sobre como eram as aulas antes da pandemia os resultados demonstraram que a luta e dedicação eram evidentes.

Conforme o disposto pela professora V.A.B. em relação às aulas ministradas, as atividades são todas adaptadas de acordo com a realidade e habilidade do aluno especial. As metodologias são diversificadas segundo as especificidades de cada indivíduo, usando material concreto, como jogos didáticos. Os jogos didáticos são meios para o professor desenvolver aulas mais dinâmicas e interessantes, estimulando sua vontade de frequentar o ambiente escolar e incentivando o ensino, considerando que o aluno aprende e se diverte (SILVA, 2004).

Abrantes (2010) defende o uso de jogos como recurso interativo, usando da ludicidade na promoção do conhecimento, pois através da execução de uma atividade interativa, o aluno consegue tomar algumas decisões e por sua vez se tornar uma pessoa ativa na sociedade. Através da ludicidade, o aluno consegue permitir que sua personalidade seja imposta, que sua agilidade seja trabalhada, que sua autoestima seja estimulada, consegue ter uma visão dos objetos que o cerca e possibilita também a vivência de novas situações de aprendizagem.

Quando abordado sobre a realidade da educação especial na pandemia, constatou-se que os desafios são inúmeros e as limitações também, pois ambos os professores, retrataram a dificuldade, pois com o isolamento social, o contato deixará de existir. O ensino remoto é muito confundido com o ensino EAD (VASCONCELOS, 2021). No ensino remoto os docentes conseguem através de meios digitais a interação necessária para realização das aulas, porém, as socializações, o contato físico, ficam defasadas. Com a pandemia e a criação desse ensino, todos foram pegos de surpresa, e o MEC busca sanar a distância entre professor e aluno, porém com a falta de estrutura, isso fica ainda distante. Mesmo diante dos mesmos princípios presencial, inúmeros são as dificuldades.

Segundo os professores apoio, as aulas remotas estão bem difíceis, principalmente pela falta de contato entre professor e aluno. As aulas são atualmente realizadas através dos pets adaptados de acordo com a realidade de cada aluno, porém, não se pode amenizar os problemas e dificuldades em relação à socialização.

Sobre as metodologias oferecidas pelo governo para as aulas remotas, as professoras defendem que embora o governo tente fazer o melhor, não existe ensino que substitua o contato físico. Segundo relato: *“O governo envia os pets, faço uma adaptação de uma forma que facilite a compreensão, estes são impressos e entregues para os alunos, usamos materiais concretos como calculadora, internet, material dourado e tudo que facilitar para melhor compreensão do conteúdo.”*

A mudança brusca da forma de ensino fez com que as metodologias, a utilização das tecnologias, o planejamento e a organização das aulas fossem alteradas de maneira repentina. Existe uma estrutura a ser seguida para que de fato o ensino remoto funcione, como: preparação da infraestrutura tecnológica, automatização das atividades administrativas, mudança e adequação no currículo, capacitação dos professores envolvidos e a inclusão dos alunos portadores de deficiência (JUNQUEIRA, 2020).

Para que aconteça a inclusão desses alunos de maneira adequada faz-se necessário o entendimento de cada deficiência. Conhecer as limitações e dificuldades dos mesmos faz com o que o trabalho seja mais direto e objetivo. Potencializar as capacidades dos alunos é um fator que também deve ser levado em consideração (FRIAS, 2008).

É de suma importância conhecer e estudar as limitações dos alunos atendidos, para que consiga mediar e garantir a promoção da educação igualitária. Essa igualdade é garantida dentro do contexto de escola para todos. Toda igualdade não se esgota no indivíduo, mas se expande quanto aos tipos de considerações como natureza política, social e econômica (SASSAKI, 1997).

As alunas alvo do estudo possuem Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que na atualidade é bastante discutido e estudado em crianças em idade escolar. As crianças portadoras de TDAH apresentam mais problemas escolares que seus colegas de classe, isso, devido a suas deficiências neurocognitivas e a seu comportamento. O TDAH é, muitas vezes, associado a déficits das funções executivas (por exemplo, planejar, organizar, prestar atenção aos detalhes importantes e refrear seus impulsos). Em consequência, as crianças diagnosticadas com esse transtorno são mais suscetíveis de apresentar dificuldades de aprendizagem ou de linguagem. Resultados tirados de estudos que observaram o funcionamento do cérebro sugerem que o TDAH está associado a uma atividade atípica no córtex frontal, a área do cérebro responsável pelos processos cognitivos (ROTTA, 2016).

O questionário retratou também sobre a realidade das famílias e as dificuldades encontradas pelos professores. Ambos estão sobrecarregados e foram surpreendidos com a mudança repentina, onde se veem obrigados a adaptarem de acordo com as necessidades de cada aluno. A falta de preparo e a escassez de tempo dos pais faz com que atividades não sejam executadas de maneira satisfatória.

Uma das grandes dificuldades enfrentadas neste período dentro do contexto familiar é que além de não apresentarem laudo médico dos seus filhos (pais que não aceitam que seus filhos precisam de acompanhamento especializado), não está havendo comprometimento com as atividades propostas. Quanto à realidade das famílias, são várias situações que devem ser evidenciadas, como por exemplo: o acesso à internet e ao computador para realizar as tarefas e os PET's.

O perfil comportamental e social da família deve ser observado, pois existe indivíduos que não conseguem prover um ambiente salubre necessário ao aprendizado, pois há falta de estrutura, falta de equipamentos para o estudo e falta de preparo dos pais. É necessário traçar metodologias como a escuta ativa, para identificar as demandas, diminuir a distância entre comunidade/escola, ouvir e orientar os pais que estão despreparados com a nova modalidade de ensino.

Durante o trabalho foi considerado também a rotina do professor Apoio nas aulas remotas, onde o esforço e dedicação tiveram que ser dobrados, pois o contato foi apenas on-

line, através dos pets e mensagens nas redes sociais. Dentro do aspecto pedagógico, diversos recursos principalmente tecnológicos foram implantados, e de certa forma estes assustam toda a comunidade escolar. Essa mudança repentina trouxe uma visão de obrigação dos professores e alunos a se adaptarem à nova realidade. Com isso, a exaustão e a dedicação redobrada pelo corpo docente é notória, tudo em busca da promoção da educação. Na educação especial esse esforço é ainda maior, pois os alunos possuem maiores limitações e existem mais fronteiras a serem transpassadas.

Quando observado sobre as metodologias utilizadas nas aulas remotas constatou-se que as tecnologias de fato inovaram o ensino. O uso de recursos interativos da web, o uso do telefone e da internet, de fato trouxeram grande avanço para o ensino, porém, é importante relacionar as linguagens dos meios à educação, criando recursos e metodologias que garantem a educação a todos. Com a atividade é possível fazer uma conexão do conteúdo com a especificidade da aluna, garantindo uma educação igualitária (SANTOS, 2020).

De acordo com Compiani (2013), a linguagem visual pode ser considerada como decisiva e complexa visão dos pontos em campo, sendo que se busca um pensar argumentativo. Introduzir desenhos, imagens, vídeos, áudios e algo que instiga os alunos, porém, viemos de uma escola verbal, onde o giz predomina, o ditado é comum e as avaliações se dão de maneira concreta no papel. Com o uso das tecnologias audiovisuais, o campo de atuação e de avaliação muda completamente o contexto. Segundo Nery e Batista (2004) as imagens visuais, tem o poder de facilitar, compreender, direcionar, impulsionar a comunicação, aquisição e compartilhamento de informações. Eles defendem o uso das representações visuais no ensino, pois as mesmas favorecem uma conversação, trazendo o aluno para o contexto, estabelecendo um pensamento relacional com o dia a dia do aluno.

Contudo, é preciso ter uma percepção do rendimento do aluno nesse modelo de ensino, principalmente no que tange a Pandemia. A falta de interesse dos alunos, a falta de estrutura, a mudança brusca são alguns fatores que agravam o rendimento e automaticamente levam ao declínio no rendimento desse aluno. Todos esses agravantes acabam levando ao declínio da educação, pois o processo que já é lento tem em contra partida a Pandemia, que acarreta no isolamento e distanciamento, dificultando o convívio e socialização dos alunos. Segundo relato dos professores *“Acredito que a rotina foi mudada, houve uma desconstrução de conhecimento, mas a pior parte é a falta de interação, ponto muito importante para a socialização é o convívio desses alunos, onde muitos aprendizados são construídos”*.

As mudanças repentinas fizeram com que a estrutura do ensino sofresse mudanças. Todas as rotinas dos alunos mudaram, o distanciamento e o isolamento levaram a um novo estilo de vida. Contudo, fatores como: dividir o mesmo aparelho celular pra assistir às aulas, a dificuldade de entregar as atividades, a falta de organização de tempo para estudo, fizeram com que o rendimento diminuísse. Por isso a importância de se conhecer a realidade e a especificidade de cada aluno da educação inclusiva.

O uso de tecnologias assistiva é um recurso onde se busca embasamento nas especificidades de cada aluno a integração do mesmo com seu desenvolvimento. Esta metodologia disponibiliza o ensino de linguagens e de códigos específicos de comunicação e sinalização através de Tecnologia Assistiva (TA), para tanto, deve ser articulado com a proposta da escola regular, embora suas atividades se diferenciem das realizadas em salas de aula de ensino comum (BRASIL, 2009).

Seguindo a linha de pensamento que jogos didáticos, lúdicos e adaptados à realidade dos alunos são fundamentais na formação e educação dos alunos especiais, foi adaptado um jogo para as aulas de ciências. Com a execução da atividade proposta percebe-se a conexão do conteúdo proposto no currículo e interação da aluna. Pode-se concluir que o jogo proposto conseguiu prender a atenção da aluna devido o uso de imagens coloridas e letras do alfabeto. O jogo além de explorar conhecimento do ensino de ciências, contribuiu para o conhecimento das letras do alfabeto e percepção de cores, o que mostrou ser uma atividade interdisciplinar e que instigou a memória da aluna, no entanto, houve dificuldade da formação das palavras. Com isso, percebe-se a importância do uso de jogos e outras atividades diferenciadas como recursos interativos para alunos portadores de deficiência (ILVA, 2004).

6 CONCLUSÃO

A educação especial em tempos de pandemia tem passado por inúmeras dificuldades em vários aspectos do ensino, podendo concluir que o ensino remoto trouxe um impacto significativo na vida dos alunos com deficiência . Este impacto se dá principalmente no quesito socialização, que é à base da educação inclusiva.

Dentre as dificuldades apresentadas, a adaptação ao ensino remoto, à interação entre aluno professor e o apoio familiar podem ser considerados. Pois, muitos alunos não apresentam estrutura física e tecnológica para suprir a necessidade de ensino em casa, os pais não apresentam capacitação e conhecimento para suprir todas as demandas e principalmente, aos alunos não tem com frequência a contribuição de professores e colegas para a execução das atividades propostas. Sendo assim, metodologias de ensino remoto devem ser repensadas para que o ensino remoto de fato tenha eficiência na educação especial inclusiva.

REFERÊNCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Associação Brasileira de Educação a Distância. 2011. Disponível em: <http://www.abed.org.br/revistacientifica/revista_pdf_doc/2011/artigo_07.pdf> Acesso em: 14 de maio de 2021.

ABRANTES, K. **A importância dos jogos didáticos no processo de ensino aprendizagem para deficientes intelectuais**. Campina Grande, 2010.

ALVES, R. **Estórias de quem gosta de ensinar**. 10 ed. São Paulo: Papyrus. 2001.

AMIRALIAN, M. L. T. et al. **Conceituando Deficiência**. In: Revista de Saúde Pública, São Paulo, v.34, n.1, p. 97–103. 2000.

ANDER-EGG, E., **Diccionario del trabajo social**. Lumen-Hvmanitas, Buenos Aires, 1997.

ARANHA, M. S. F. **Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos**. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

ARAÚJO, F. F, ORG. **O portador de deficiência e administração pública municipal** São Paulo: CEPAM; 2002.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM- IV-TR – **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Trad. Dayse Batista; 4ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2002.

BAMPI, L. N.S. **Percepção de Qualidade de Vida de Pessoas com Lesão Medular Traumática: uma forma de estudar a experiência da deficiência**. [Tese de Doutorado]. Brasília (DF): Universidade de Brasília/UnB; 2007.

BASSO, I. M. de S; STROBEL, K. L.; MASUTTI, M. **Metodologia de Ensino de Libras – LI**. Florianópolis: UFSC, 2005.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidade educacionais especiais**. 2ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOSMA, H. A. e KUNNEN, E. S. **Determinants and mechanisms in ego identity development: a review and synthesis.** Developmental Review. v.21, p. 39-66. 20021.

BRASIL, Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Tecnologia Assistiva. – Brasília : CORDE, 2009.

BRASIL, **Educação para Todos. Brasília:** Biblioteca Virtual de Educação UNESCO-Brasil, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Projeto Escola Viva: **Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola** - Alunos com necessidades educacionais especiais, Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6. 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 26 de março de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Censo da Educação Superior. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. **PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.** Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Brasília; MEC. SEMESP. 2020.

BRASIL. Resolução n. 02/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE, 2001.

BROUGERE, G. **Brinquedo e cultura.** 7 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BUENO, J. M. **Deficiência motora: intervenções no ambiente escolar**. Curitiba: Ibpex, 2010.
 CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COMPIANI, Maurício. **Narrativas e desenhos (imagens) no ensino fundamental com temas geocientíficos**. Revista Ciência Educação, vol. 19, n° 3, p.715-737, 2013.

COSTA, R. A. **A Prática Pedagógica de Professoras de uma Aluna com Deficiência Intelectual: desafios e possibilidades no cotidiano de uma escola de ensino fundamental**. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais UNESCO**. Salamanca, 1994.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto: Paidéia. Vol. 17. n. 36. Jan/Abr. 2007.
 Disponível em:
 <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103863X2007000100003>.
 Acessado em: 15 de junho 2021.

ELALI, G. A. **O ambiente da Escola- O ambiente na Escola: uma Discussão sobre a Relação escola- natureza em Educação Infantil**. In: fundação Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Estudos de psicologia. Natal. v.08, n°02. 2003.

FARA, L. **Análisis de la normativa nacional orientada a las personas con discapacidad**. In: ACUÑA, Carlos H.; GOÑI, Luís G. Bulit (Comp.). Políticas sobre La discapacidad en la Argentina: el desafio de hacer realidad los derechos. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, p. 125-189. 2010.

FERREIRA, C. M. R. J.; LOPES, T. F. **A Escola e a Educação Inclusiva: professoras e alunos em cena**. Revista Educação Especial, Santa Maria. v.29, n.55, p. 441-456, 2016.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 49ª ed, São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, P. e SHOR, I. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 224 p. 2008.

FREIRE. Paulo. **Ação Cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRIAS, I. M. A. (2008). **Inclusão escolar do aluno com necessidades especiais: contribuições ao professor do ensino regular**. Material didático PDE. Paranaíba: Seed/PR; Fafipa; UEM, 2008. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf> Acesso em: 17 de julho de 2021.

GAIO, R e MENEGHETTI, R. G. K. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GOEDERT, L. e BORGES, M. K. **Comunicação mediada por TIC: saberes, colaboração e conflito na aprendizagem online**. In: XXIII Colóquio da AFIRSE/As pedagogias na sociedade contemporânea - Desafios às escolas e aos educadores, Lisboa: AFIRSE. EDUCA/Secção Portuguesa da AFIRSE. v.1, p. 1-10. 2017.

ILVA, M. **Jogos Educativos**. Campinas: Papirus, 2004.

JUNQUEIRA, Eduardo. **Não se pode confundir educação [...]. O Povo, 27 mar. 2020**. Disponível em <<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2020/03/27/eduardo-junqueira-atividade-escolaremota-nao-e-ead.html>>. Acesso em 13ago. 2021.

KONKEL, E. N.; ANDRADE, C. e KOSVOSKI, D. M. C. **As dificuldades no processo de inclusão educacional no ensino regular: a visão dos professores do ensino fundamental**. Pontifícia Universidade Católica (PUC). 2015.

LAZZARETTI, Beatriz; FREITAS, Alciléia Sousa. **Família e escola: O processo de inclusão escolar de crianças com deficiência**. Caderno Intersaberes. vol 5, n.6, p.1-13, 2016.

LIMA, N.M. **Legislação federal básica na área da pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; 2007.

LOBO NETO, F. J. da S. **Regulamentação da Educação a Distância: caminhos e descaminhos**. In Silva, Marco (org.). Educação online. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

MANOEL, E.J., **Desenvolvimento Motor: Padrões em Mudança, Complexidade Crescente**. Rev. Paul. Educ. Fis., São Paulo, supl.3, p.35-54. 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editorial. 2015.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petropolis, RJ: Vozes. 2009.

MENDES, G. M. L; PLETSCHE, M. D.; HOSTINS, G. C. L. (Orgs). **Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades**. Araraquara/SP: Editora Junqueira e Marin. 2019.

MOREIRA, L.C. e BAUMEL, R.C.R.de.C. **Currículo em Educação Especial: tendência e debates**. Educar, Curitiba. n.º.17, p.125-137. Editora da UFPR. 2001.

NERY, Clarisse; BATISTA, Cecília. **Imagens visuais como recursos pedagógicos na educação de uma adolescente surda: um estudo de caso**. Revista Paidéia, vol. 14, n.º 29, p. 287-299, 2004.

NEVES, L. **Contribuições da Arte ao Atendimento Educacional Especializado e inclusão escolar**. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília. v.23, n.4, p. 489-504. 2017.

NÓVOA, A. **Relação escola-sociedade: “novas respostas para um velho problema”**. In: SERBINO, Raquel V. (Org). Formação de Professores. São Paulo: UNESP. p. 19-40. 1998.

PLETSCH, M. D. **O que há de Especial na Educação Especial Brasileira?** In: Revista Momento - Diálogos em Educação, 2020.

RIBEIRO, D. **Sobre o óbvio**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROCHA, M. G. de S. da. **Os sentidos e significados da escolarização de sujeitos com deficiência múltipla**. 2018. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2010.

ROTTA, N, T; FILHO, C, A, B; BRIDI, F, R, S, (Org). **Neurologia e aprendizagem: Uma abordagem multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2016.

SANTOS, Â. M. dos; CARVALHO, P. S; e ALECRIM, J. L. **O ensino de física para jovens com deficiência intelectual: uma proposta para facilitar a inclusão na Escola Regular**. Revista Educação Especial, v.32, p.1-19. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Cruel Pedagogia do Vírus**. Edições Almedina, S.A. Coimbra. Portugal. 2020.

SANTOS, D. M. **Gestão escolar e a política nacional de educação inclusiva: o diretor frente à política pública**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Pós-Graduação em Políticas Públicas. Mogi das Cruzes. Universidade de Mogi das Cruzes. 2016.

SANTOS, D. M. **Gestão escolar e a política nacional de educação inclusiva: o diretor frente à política pública**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) Pós-Graduação em Políticas Públicas. Mogi das Cruzes. Universidade de Mogi das Cruzes. 2020.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, M. P. dos S.; PAULINO, M. M. (Org). **Inclusão em educação: cultura, políticas e práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, p.02. 2008.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SHAFFER, D. R., e KIPP, K. **Psicologia do desenvolvimento: Infância e adolescência** (2. ed.). São Paulo, SP: Cengage Learning. 2012.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2002.

TRIGUEIRO, A. (Org.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante. 2003.

VYGOTSKY, L. S. Thinking and speech (N. Minick, Trans.). In R. W. Rieber & A. S. Carton (Eds.), *The collected works of L. S. Vygotsky: Vol. 1. Problems of general psychology*.p. 39-285.1987.

ZOÍÁ, A. **Todos iguais, todos desiguais**. In: ALMEIDA, D. B. de (Org). *Educação: diversidade e inclusão em debate*. Goiânia: Descubra. p. 13-25. 2006.

ANEXO 1 – Questionário aplicado aos professores apoio.

01. Com quantos alunos você trabalha?
02. Quais as séries estão estudando no ano corrente?
03. Descreva a metodologia antes da Pandemia com os alunos de educação Inclusiva.
04. Como estão sendo as aulas durante a Pandemia?
05. Quais os materiais e métodos utilizados nas aulas remotas?
06. Qual o diagnóstico clínico dos alunos?
07. Como a família reage durante a Pandemia com as aulas on-line?
08. Descreva sua rotina pedagógica durante essas aulas.
09. Quais os recursos utilizados para comunicação no ensino remoto?
10. Qual o grau de satisfação com o aluno durante a Pandemia?